

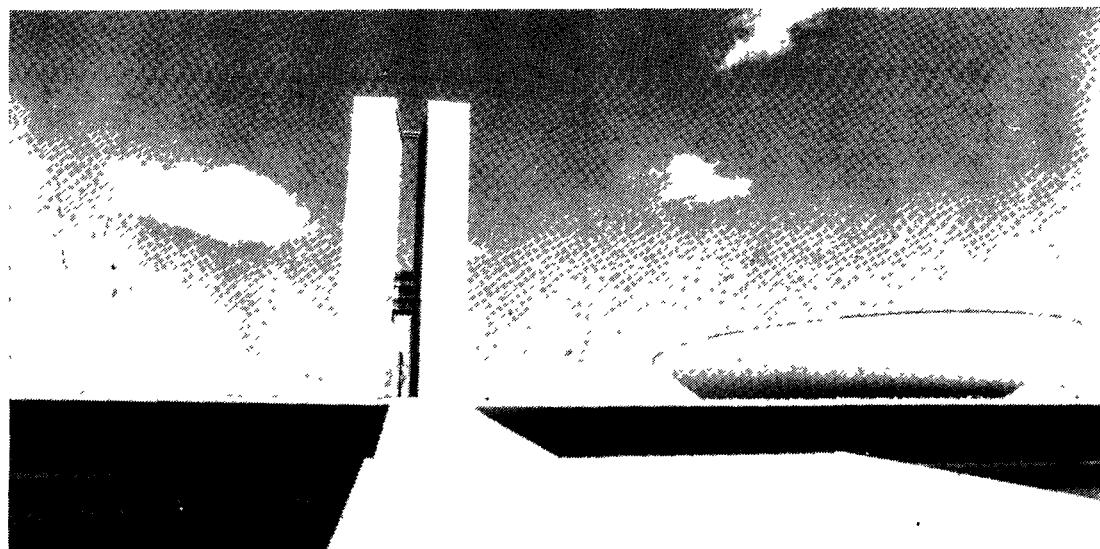


República Federativa do Brasil DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVIII — Nº 068

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 1983



CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 179.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE JUNHO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO RUY CÔDO — Discordâncias entre as atribuições dos biomédicos, farmacêuticos e bioquímicos.

DEPUTADO JOÃO CUNHA — Situação econômico-social por que passa o Brasil.

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN — Corte no orçamento das empresas estatais

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Criação pelo Governador Franco Montoro, através de decreto do Conselho Estadual da Condicão Feminina.

DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO — Mobilização da classe bancária, em virtude

de medidas econômicas adotadas pelo Governo, com relação à redução do orçamento das empresas estatais.

DEPUTADO JOSÉ FOGACA — Possibilidade de novos "pacotes" econômicos a serem adotados pelo Governo.

DEPUTADO JORGE UERQUED — Colocações sobre medidas tomadas pelo Governo, com relação à nossa dívida externa.

DEPUTADO EPITÁCIO CAFETEIRA — Consequências que poderão advir para os funcionários do Banco do Brasil, com a redução do orçamento das empresas estatais.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Considerações sobre discursos oposicionistas pronunciados na sessão de ontem do Congresso Nacional, relativos à presença da missão do FMI em Brasília.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 61/83-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.017, de 11 de março de 1983, que dispõe sobre a renúncia, pela União, ao domínio direto de áreas situadas no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, necessárias à ampliação da Base Aérea e à implantação do Aeroporto de Guarulhos. **Aprovado.** A promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 180.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE JUNHO DE 1983

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

Ata da 179.ª Sessão Conjunta, em 15 de junho de 1983

1.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura

Presidência do Sr. Almir Pinto

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaro Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Álvaro Dias — Eneas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athaíde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

EXPEDIENTE

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIARIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície.

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso Cr\$ 50,00

Tiragem: 2 200 exemplares

DEPUTADO RUY CODO — Considerações sobre a rejeição, pela Câmara, de projeto de lei que regulamenta a profissão de biomédico.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Artigo publicado no *Jornal do Brasil* de hoje, de autoria do jornalista Carlos Castelo Branco, sob o título "Espasmo Ameaça PDS e Abertura".

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPLICY — Decisão que teria sido tomada pelo Governo, relativamente à desindexação de nossa economia.

DEPUTADO EVANDRO AYRES DE MOURA — Modificação na sistemática do salário-educação.

DEPUTADO IRANILDO PEREIRA — Movimento encetado por professores estaduais do Ceará, reivindicatório de melhores salários.

DEPUTADO STELIO DIAS — Registro da presença no plenário do Congresso do ex-Governador Eurico Rezende. Crítica a aspecto que envolveu a visita do Sr. Ministro da Saúde ao Estado do Espírito Santo.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Reflexos da rejeição.

DEPUTADO RUY CODO — Considerações sobre a rejeição, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei que regulamenta a profissão de biomédico.

DEPUTADO IRANILDO PEREIRA — Movimento encetado por professores estaduais do Ceará, reivindicatório de melhores salários.

DEPUTADO STELIO DIAS — Registro da presença no plenário do Congresso do ex-Governador Eurico Rezende. Crítica a aspecto que envolveu a visita do Sr. Ministro da Saúde ao Estado do Espírito Santo.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Reflexos da rejeição.

2.2.2 — Questão de ordem

Formulada pelo Sr. Ruy Codo e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

2.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ENCERRAMENTO

João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Seixas Dória — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissón Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelviro Dantas — PDS; Félix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Sant'Anna — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgíldasio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Mirthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moyses Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB;

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Víctor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonthas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS;

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arlindo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradá — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carrone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Besson — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doretto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Chelde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTE; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Hermann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluhy Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB;

Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacilio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Côco — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iran Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernárdez — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Ansalmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Maceado — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Malchner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amorim — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melo — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmer de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Marini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaca — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Al-

ves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sival Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarcck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mazarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 55 Srs. Senadores e 465 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Côco.

O SR. RUY CÔCO (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustres Srs. Deputados, por força regimental o Projeto n.º 6.717-A, de autoria do nobre Senador José Lins, será votado hoje no plenário da Câmara, porque foi solicitada urgência para a matéria. Enquanto a Comissão de Saúde debatia, fazia apelos aos Parlamentares para que fossem ouvidos todos os escalões da educação e da saúde deste País, lamentavelmente este projeto entra, hoje, em regime de urgência. Brinca-se com a saúde do povo. Com o respeito que me merecem aqueles que assinaram o pedido de urgência, não posso entender a medida.

Em 1979 foi aprovado por esta Casa, depois submetido à revisão do Senado, projeto de lei que entrou com a concordância das lideranças políticas e das lideranças dos Biomédicos e dos Farmacêuticos. Anteriormente, em 1978, eu dava, na tribuna da Câmara, um parecer verbal sobre o substitutivo do Senado que permitia que os Biomédicos fizessem análises clínico-laboratoriais, o que competia aos Farmacêuticos e Bioquímicos desde 1931. Então, alguém interessado em quebrar a ordem da saúde e da educação deste País provocou, através do Conselho Federal de Educação, modificação total da situação. E esse projeto veio para a Câmara e foi naturalmente aprovado, sob o n.º 6.686, de 11 de setembro de 1979, atendendo aos interesses dos formados e formandos.

Em 1982, já no apagar das luzes da legislatura, o nobre Senador José Lins — com respeito, um dos mais brilhantes desta Casa — apresentou um projeto de lei concedendo aos Biomédicos o direito de fazer análises clínico-laboratoriais. S. Ex.ª esqueceu-se de comunicar o fato ao Conselho Federal de Educação, para que tomasse as providências necessárias que o caso está a exigir, pois a ele cabe tal responsabilidade, e não ao Congresso Nacional. Tanto isto é verdade que vou fazer uma colação: quero cumprimentar os pernambucanos — a Universidade Federal de Pernambuco ouviu os nossos clamores, em 1979, depois de aprovada a Lei n.º 6.686, referendada pelo Senado, sancionada pelo Sr. Presidente da República. Preceitua a lei que, a partir de 1983, os Biomédicos não poderão fazer mais análises clínico-laboratoriais. Diz a Universidade de Pernambuco — Faculdade de Ciências Biológicas:

Vestibular unificado de 83 — Manual do candidato:

"A Resolução n.º 05/82 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPE, explicita: "Os candidatos ao curso de Ciências Biológicas, modalidade Médica, devem ser avisados de que não terão condições de concluir seu curso antes de julho de 1983, e, em consequência, serão impedidos de realizar análises clínico-laboratoriais, segundo a Lei n.º 6.686, de 11 de setembro de 1979, publicadas no Diário Oficial de 12-9-79."

Queria também, Sr. Presidente, registrar publicações do jornal *Cidade de Ribeirão Preto*, do dia 12 de junho de 1983, que diz: "Faculdade Barão de Mauá, vestibular julho/83 — Biomédicas — 26, 27, 28 de julho, inscrições abertas".

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o interesse das Faculdades particulares. Elas fazem propaganda até nos jornais, quando, para isto, existe uma lei aprovada por este Congresso. Está aqui um jornal do dia 12 de junho, portanto, de alguns dias atrás. Queremos mais uma vez responsabilizar os culpados por essa maratona de jovens brasileiros, tanto de Biomédicos, como de Bioquímicos e Farmacêuticos que estão no Congresso Nacional clamando por justiça. Mas a juventude tem de pedir justiça ao Conselho Federal de Educação, que é constituído — perdoem-me o que vou dizer — de alguns irresponsáveis, porque não adotaram as providências que deveriam ter sido tomadas tão logo a lei foi aprovada por esta Casa. O Conselho poderia assim decidir: ficam suspensas as matrículas nos cursos de Biomedicina em todo o Brasil logo após 1983, mas não da forma como está fazendo.

Razão por que, Sr. Presidente, volto a dizer desta tribuna que estou apresentando o pedido de criação de uma CPI para apurar todas as irregularidades existentes no Conselho Federal de Educação, a fim de evitar essa disparidade.

Tenho certeza que hoje acontecerá o que já ocorreu com a Comissão de Saúde, que rejeitou todos os substitutivos, inclusive o projeto do Senador José Lins, para que não possa gerar mais distorções na área de saúde e da educação e para que se normalize a situação.

É preciso que a Câmara dos Deputados, hoje, rejeite tudo, inclusive os substitutivos e o próprio projeto, a menos que haja um substitutivo que atenda aos parâmetros da lei, como foi feito em 1979, e que não deixe essa moção desesperancada, justamente nesta hora difícil. É preciso que nós nos componhamos da grande responsabilidade que temos com a própria juventude brasileira. Não podem duas faculdades fazer a mesma coisa — Biomédico fazendo análises clínicas, Farmacêutico e Bioquímico fazendo análises clínicas, como se só tivesse análise para se fazer neste País. É preciso que haja uma tomada de posição correta e honesta do Conselho Federal de Educação e que ele exerça verdadeiramente o seu papel, não fazendo o que tem feito com o ensino brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Cunha.

O SR. JOÃO CUNHA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tenho a impressão de que vemos cada dia mais no reino da mentiraria; da falta de pudor, da falta de decência, da absoluta falta de patriotismo; do

absoluto descaso para com a grandeza e as potencialidades do Brasil; de absoluta irresponsabilidade por parte dos detentores do poder, que, exasperados diante dos males que infringiram à Nação, através desta ditadura de 20 anos, procuram, agora, por todas as formas, capitaneados pelo gordo sinistro da República, Delfim Netto, assessorado pelo cínico permanente do regime, Ernane Galvães, e pelo boneco sem graça de Carlos Langoni, fazer o festival da entrega da dignidade nacional, com o compromisso quase irreversível da soberania brasileira, num momento de vergonha jamais vivido pela Pátria, em qualquer dos seus momentos, ao longo da sua História, quando, de um lado, assistimos à presença inaceitável, para os patriotas, de representantes da bancaria internacional fiscalizando entre nós o nosso comportamento, a exemplo de permitirmos que os gerentes dos bancos aos quais devêssemos instalassem-se em nossa cozinha, nas nossas casas, e ali dissessem o que deveríamos comer no almoço e no jantar e qual o nosso comportamento quanto ao horário de deitar e de levantar.

Não pensava, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que, no espaço da minha existência, fosse ver, como vimos, a degradação da imagem desta grande Nação, da Pátria brasileira, com o seu potencial de 125 milhões de brasileiros; da Pátria com seu potencial de riquezas, da Pátria com seu potencial de energia; da Pátria com seu potencial de história, tradições e dignidade; da Pátria com tantos heróis caídos ao longo do caminho. Não acreditaria nem acreditava que chegaria a ver o que vejo, o que vemos, e com absoluta insensibilidade por parte daqueles que detêm o poder e a responsabilidade de sustentação do poder. Não falo hoje, nem gostaria de ser ouvido apenas pela Nação brasileira; gostaria de ser ouvido neste pequeno espaço, dos poucos espaços pequenos que temos aqui; gostaria de ser ouvido pelos patriotas das Forças Armadas. Não é possível que as Forças Armadas brasileiras, que foram e têm sido responsáveis ao longo da História pela integridade da unidade nacional, fiquem em silêncio e sem uma palavra diante da tragédia que tem sido imposta à Nação no sentido da sua própria honra. Neste momento em que temos propostas alternativas para a salvação nacional, neste momento em que assistimos a Nação à espera de uma resposta às aflições de milhões de camponeses e operários e trabalhadores deste País, a resposta que temos do regime, a resposta que temos do Governo é maior comprometimento; são maiores aflições de tal sorte que os jornais, e um deles o "Correio Braziliense", ainda afirmam em tom de gozador que vai doer mais. Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, peço vênia a V. Ex.ºs para fazer este pronunciamento, neste instante em que nos ameaçam com mais boicotes, com mais pacotes, com mais virulência contra a mesa e a condição de vida do povo brasileiro e a sua dignidade e soberania; neste momento em que nos ameaçam com a possibilidade de levar-nos à loucura da insurreição, temos o antipatriotismo daqueles que detêm o poder, promovendo essa farsa e encenação da mentiraria, a querer criar uma crise institucional, com a candidatura desse pândego, corrupto e farsário Paulo Salim Maluf. A Nação não pode ser gozada, nem se pode brincar com ela, como têm feito os que detêm o poder. Isso aqui não é pátio de quartel, nem pátio de multinacional, nem empresa dos interesses do Sr. Galvães, nem empresa gerenciada pelo Sr. Delfim Netto. Essa é a terra de 120 milhões de brasileiros, a cujo custo e para cuja elaboração e construção pagamos, ao longo dos anos e séculos, com o sofrimento de criaturas humildes e simples, de heróis,

de homens que tudo puderam dar de si. Não para esse desaguadouro do momento atual. E, neste momento, Sr. Presidente, encerrando, vemos muitos de nós, dos partidos das oposições, propondo eleições diretas para a Presidência da República e desencadeando uma campanha nacional. Como se a eleição direta, e por ela, simplesmente, passasse a solução dos problemas do poder nesta Nação. A prova está aí: eleitos 10 Governadores da Oposição e 23 Governadores eleitos pelo povo no País, e o absoluto desrespeito do Poder Central, sem dar nenhuma satisfação pelas medidas que tomam, sem nenhuma consulta aos Governadores eleitos pelo povo. O que mudou, para a Nação brasileira, para a mesa do pobre, para o trabalhador desempregado, para o mau salário, para o subsalário, para o subemprego, com a eleição dos nossos Governadores se não mudou a natureza do poder, que é de dominação, é ditatorial, é arbitrário, é entreguista, é prometedora e é corrupto? Ou mudamos isso... E a mudança passa pela mobilização do povo em torno das grandes causas pelas quais ele deve bater-se pela organização de nossa gente, passa pela atitude masculina e viril que este Congresso Nacional pode tomar, de repúdio, como faço neste instante, aos Ministros da área econômica e, menos que a eles, à política econômica, que é entreguista, prometedora e desnacionalizante. A este Congresso não basta apenas a vigília cívica, para a qual devemos bater palmas; este Congresso tem que se levantar e exigir do Presidente da República que se ligue com a Nação e que se desligue dos compromissos internacionais gerenciados pelos seus Ministros econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as medidas que estão sendo preconizadas e vêm sendo tomadas pelo Governo Federal, no sentido de resolver a crise em que este País foi colocado, no sentido de resolver as suas questões básicas, que são de responsabilidade desses homens que, por tantos anos, dirigem o poder neste País, visam basicamente a jogar nas costas dos trabalhadores os onus da resolução desta mesma crise.

As medidas agora anunciadas, de corte nas empresas estatais — e é preciso que isto fique bem claro — afetarão o nível de emprego neste País, provocando maior recessão e desemprego. Investimentos devem ser feitos, pois só poderemos sair desta crise à medida que se retomar o desenvolvimento no País.

As medidas que estão sendo tomadas por este Governo e por este regime sem dúvida repercutirão no nível de emprego, fazendo com que, mais uma vez, os trabalhadores sofram as consequências. Diz-se às vezes que o corte das empresas estatais incidirá apenas sobre o que se chama de mordomias dos diretores, dos ocupantes de altos cargos, dos homens que, na realidade, estão ligados ao poder, mordomias estas que, sabemos, durante todos estes anos se mantiveram, apesar das declarações em contrário, apesar das tentativas em contrário do próprio Governo. Estas mordomias agora talvez sejam afetadas, mas não podem ser afetados os interesses conquistados, tudo aquilo que os trabalhadores das empresas estatais conseguiram estes anos todos.

Vemos, hoje, a movimentação dos funcionários do Banco do Brasil, que, em todas as cidades deste País, estão-se organizando no sentido de se contraporem a uma tentativa de lhes retirar aquilo que conquistaram du-

rante anos de luta. É preciso que se faça uma diferenciação muito clara. As mordomias das direções, mordomias dos órgãos dirigentes, mordomias daqueles que, durante todos estes anos, têm-se locupletado na direção das empresas estatais, não por simples salários e vantagens, mas até por obtenção de benefícios menos honestos, estas, sim, devem ser afetadas, estas, sim, devem ser cortadas; quanto a estas, sim, devemos ter controle total. O que não se pode aceitar é que se realizem cortes nos ganhos dos trabalhadores dessas empresas, dos funcionários humildes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e dos demais órgãos da administração indireta, daqueles que vivem do seu salário, daqueles que, durante esses anos todos, conquistaram pequenas vantagens, pequenos benefícios que, na realidade, já se incorporaram ao seu dia-a-dia e não podem, de forma alguma, ser retirados.

Qualquer tentativa neste sentido repercutirá no plano político e social. Qualquer tentativa do Governo, nesse sentido, sem dúvida provocará a reação desses homens que hoje estão preparados, inclusive, para paralisar o trabalho a fim de que os seus direitos sejam salvaguardados.

Lutamos, sim, como temos lutado como partido de oposição, para que as diferenciações entre os diversos setores sejam diminuídos, para que a diferença de renda não exista mais neste País. Mas não podemos aceitar que isso seja um instrumento de pressão sobre vantagens, sobre benefícios, sobre salários de empregados das empresas estatais, de funcionários das empresas estatais, de trabalhadores das empresas estatais, que não têm nenhuma responsabilidade quanto aos desmandos que o Governo têm cometido esses anos todos e que não podem pagar, agora, pela resolução desses desmandos.

Fazem muito bem os funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e das demais empresas públicas em se mobilizarem para enfrentar qualquer tentativa de arrocho nos seus salários, de retirada de vantagens e benefícios que já se incorporaram aos seus baixos salários, já se incorporaram àquele que têm conquistado, nesses anos todos, e não podem, de forma nenhuma, ser afetados.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não desejo sequer abordar a importância da mulher como expressão maior do gênero humano, pois não quero repetir o óbvio. Seria até ridículo, em termos de civilização, vir a esta tribuna para redizer da importância sem par da mulher, fundamento da sociedade.

Quanto pretendo — isto sim — é congratular-me com o meu Estado e com o eminente Governador Franco Montoro, pelo nosso passo dado no sentido de encaminhar soluções práticas que conduzam ao supremo objetivo do projeto, ou seja, a eliminação de preconceitos que, infelizmente, ainda hoje existem contra a mulher, senão em todos, pelo menos em largos segmentos da sociedade brasileira.

Centro e fulcro da família, a mulher continua a progredir, cada vez mais afirmando-se integrada no esforço produtivo do País, destacando-se por sua presença realizadora e fecunda em todos os campos da atividade social. Força dinâmica e progressista da sociedade que integra, onde quer

que ela se encontre a sua presença é não apenas um símbolo, mas uma afirmação de trabalho e de luta.

Não confundo, por certo, a luta contra discriminações e preconceitos que atentam contra o direito das mulheres com as fatuidades infecundas do chamado "womem lib". Desejo, ao revés, a igualdade legal para as mulheres, mas com a ressalva imperiosa de que elas continuem femininas, senhoras de sua liberdade dentro da lei, sem excessos que as prejudiquem e sem abdicações de prerrogativas que não lhe podem ser negadas.

São Paulo, no particular, pode ser citado como exemplo de respeito aos direitos femininos. Lembro, inclusive, que, neste ano de 1983, estamos comemorando, os paulistas e brasileiros, a eleição da primeira mulher para o Congresso Nacional. Há meio século os paulistas elegiam Carlota de Queiroz, grande líder das lutas pelos direitos das mulheres, como sua representante na Câmara dos Deputados.

Agora, com largo descortino e inteira justiça, pelo Decreto n.º 20.892, o Governador Franco Montoro, criou o Conselho Estadual da Condicão Feminina, organismo que funcionará junto ao Gabinete Civil do Governador e que se deverá constituir em mais um instrumento na luta empreendida desde muitos anos por movimentos organizados de mulheres, através de estudos e análises acadêmicos, e por amplos setores da sociedade, com o objetivo de eliminar a discriminação contra a mulher na sociedade brasileira.

Não importa, no caso, a origem peemedebista da proposta, pois o novo Conselho está aberto à mulher, a todas as mulheres, independentemente de filiações ou ideologias partidárias.

Trata-se, Srs. Congressistas, de uma experiência inédita no País. E de uma experiência que deve merecer não só o apoio de todos nós, como, e ainda, de uma experiência que se deve multiplicar por todo o País.

Nesta Casa, com quase 500 Deputados, não chega aos dois por cento o contingente feminino, ainda que a população, em termos gerais, seja dividida em termos iguais: homens e mulheres.

Vale a experiência, insisto, pois por seu intermédio o que se busca é a integração da mulher na vida econômico-social, política e partidária.

E isso é o mínimo que todos nós devemos às nossas mães, esposas e filhas.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há cerca de 30 dias fizemos um pronunciamento nesta Casa a respeito das estatais no País. E hoje voltamos ao assunto, quando se noticia o novo corte que o Governo fará nas suas despesas. Na verdade, como dizíamos naquela oportunidade o que se pretende é exatamente liquidar com as empresas estatais.

Nós, funcionários do Banco do Brasil, na hipótese de o Governo tomar as medidas que toda a imprensa anuncia, na hipótese de partir para o corte de quase 50% dos salários de um conjunto de funcionários, estaremos mobilizados nacionalmente. Hoje, às 12:30 h, em frente à Agência Central do Banco do Brasil, far-se-á uma grande mobilização contra a liquidação do Banco do Brasil e dos direitos dos seus trabalhadores. As 19:30 h, no Rio de Janeiro, no Sindicato

dos Empregados do Comércio também se fará uma grande assembléa dos bancários das estatais.

Na verdade, este País tem-se submetido integralmente aos designios dos banqueiros internacionais; este País tem-se submetido integralmente à vontade dos homens do Fundo Monetário Internacional. Após as medidas decorrentes do último pacote, já se anuncia que outro virá. O que se quer fazer neste País é entregar os trabalhadores brasileiros à miséria, à fome e até à morte.

E quando os funcionários do Banco do Brasil, os funcionários das estatais, os servidores públicos se mobilizam, esperamos que os homens que mandam neste País há 20 anos, que têm legado à sua gente as piores condições de vida, não venham com a sua cantilena de crises e crises, que só acontecem nos interesses mais escusos do Palácio do Planalto.

Quando querem, agora, anunciar que vão acabar com as promoções, ou congelá-las por dois ou três anos, perguntamos: será que vão congelar as promoções das nossas Forças Armadas?

Sr. Presidente, fizemos um discurso há pouco nesta Casa analisando o papel das Forças Armadas. Não estamos aqui para fazer provocações, mas também não estamos para aceitar privilégios de quaisquer classes deste País. Se estamos em crise, se é hora de apertar o cinto, vamos apertar todos. Não existe diferenciação entre o funcionário público, entre os funcionários das estatais e os militares.

Vamos todos nos unir, civis e militares, de mãos dadas, para derrubar este sistema econômico que tem levado à miséria e à fome os trabalhadores. Amanhã, quando nós, funcionários do Banco do Brasil, paralisarmos este País, estaremos dando um grito de alerta. As conquistas dos funcionários foram fruto de mobilização de lutas dos trabalhadores do Banco do Brasil. E não venham dizer que estamos criando um clima de intranquilidade neste País. Já na época em que o Sr. Karlos Richbieter estava à frente daquele Banco, procurou-se fazer a reestruturação na carreira do Banco do Brasil, que acabou por liquidar a conquista dos trabalhadores do Banco do Brasil e de todas as estatais. O que está por trás dessa política contra as estatais é exatamente aquela que tenta privatizar tudo neste País.

Quero saber qual é o dia em que os banqueiros que dia a dia quebram este País, o Sr. Linaldo Uchoa Medeiros, os donos da Delfim, e todos aqueles que liquidaram o patrimônio e a poupança pública irão para a cadeia. Nós, os trabalhadores brasileiros, estamos lutando contra a discriminação, que só cai sobre os nossos ombros e que quer nos levar à fome e à miséria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nas diversas vezes em que temos assomado à tribuna neste Congresso, temos, também, reiterada e repetidamente manifestado que o Governo prepara a desindexação dos salários. O Governo vai decretar a desindexação dos salários no período de recesso parlamentar de julho, manobra que objetiva evitar a reação política que, por certo, emergirá irrefreavelmente desta Casa. O Governo embutiu no pacote econômico recém-despejado sobre a Nação a perspectiva de uma necessária

complementação. Tal medida complementar foi defendida orquestradamente por diversos setores que, há muito tempo, na política econômica brasileira, costumam jogar o ônus, o custo das crises econômicas sobre as costas dos trabalhadores.

Por isso, Sr. Presidente, volto a esta tribuna para repetir a minha denúncia, e a farei diariamente ou tantas vezes quantas forem necessárias. O Governo capitulou ontem diante do Fundo Monetário Internacional. O Sr. Carlos Atila, no briefing que concedeu à imprensa, declarou que o expurgo do INPC já está decidido pelo Governo, ou seja, além da redução salarial drástica que os trabalhadores sofreram desde fevereiro, haverá agora mais uma redução, com um impacto notório sobre as condições de vida e o poder aquisitivo da classe trabalhadora. Além do mais, é de se registrar as perdas reais que os trabalhadores vêm sofrendo. A Fundação Getúlio Vargas mostrou que no mês de maio o índice do aumento do custo de vida foi muito maior do que 6%, e o INPC deste mesmo mês foi muito menor do que 6%, constatando-se uma diferença de 20% de um índice para o outro. Isso significa dizer que os trabalhadores já vêm perdendo concretamente seu poder aquisitivo pelo atual cálculo do INPC. Agora, com o expurgo, que já está decidido pelo Governo, impõe-se à mais uma redução, mais uma diminuição, mais uma perda, mais uma forma inexorável de empobrecimento da classe trabalhadora.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Governo traçou um cronograma perverso e antipopular. É o cronograma dos "pacotes": primeiro, o "pacote" econômico, para eliminar os subsídios ao trigo e ao petróleo; agora, o "pacote" das estatais, para penalizar os trabalhadores das estatais. O Governo está confundindo o déficit público com a dívida pública. A dívida pública, esta, sim, está indexada ao dólar através das CRTNs com correção cambial, vai às nubes e sobe vertiginosamente cada vez que o Governo reajusta o cruzeiro em relação ao dólar. Esta desindexação, parece-me que o Governo não está disposto a fazer. No entanto, vai despejar em cima dos funcionários das empresas estatais o ônus desta crise. Sabemos que em empresas como Vale do Rio Doce, PETROBRÁS e SIDERBRÁS a folha dos salários representa cerca de 4 a 5% do total dos seus orçamentos.

Queremos completar dizendo que depois do "pacote" econômico e do "pacote" das estatais virá o pacote dos salários. Repetimos: o "pacote" dos salários virá no recesso para evitar uma reação no Parlamento, exatamente para se valer do momento em que os Deputados estejam em suas bases no mês de julho. Não podemos, pois, deixar de trazer à Casa esta denúncia de que vem ai o "pacote" dos salários com o expurgo do INPC, empobrecendo criminalmente a classe trabalhadora neste País.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa, chegaram os patrões. O Fundo Monetário mandou seus agentes, os credores ditaram as ordens e, imediatamente, o Governo brasileiro passou a cumprí-las. Efeito nenhum tiveram as declarações feitas na semana passada: declarações de Lideranças do PDS, de Ministros, de porta-vozes do Governo de que ele não estava pensando em

dessindexar os salários, ou seja, não estava pensando em impor um arrocho maior. Passou-se o fim de semana e os credores chegaram. As palavras perderam-se no vazio.

O que o Governo diz não se escreve, não tem credibilidade, porque, a qualquer momento, pode chegar uma ordem do exterior endereçada ao Ministério do Planejamento. Então, o Governo modifica tudo o que havia anunciado à Nação. O que está claro é que os credores internacionais do Brasil querem garantir as seus créditos e, para isso, para haver esses créditos, se necessário for implantar arrocho salarial maior, a fome e a miséria, para eles pouco importa.

É uma pena que os brasileiros não tenham um Governo para defendê-los. É uma pena que o País esteja jogado ao leu, que não haja tranquilidade e segurança alguma. É uma pena que o Presidente da República tenha de estar implorando a assinatura de Deputados do PDS, para dizer que ele tem força, quando todos sabem que não tem credibilidade. E não adianta os relacionamentos internacionais. O Governo não tem credibilidade. E não adianta os representantes do Governo virem correndo dizer o contrário, porque há 120 milhões de brasileiros que sabem que o Governo não tem essa credibilidade. Aliás, os credores internacionais estão aí a dizerem isso. Não há caminho, não há perspectivas, porque não há Governo. Não há perspectiva nem esperança, porque não há sustentação popular. O Governo é fictício. As determinações emanadas do Governo não têm a sustentação da Nação, não recebem apoio, nem de trabalhadores, nem de funcionários públicos, nem de empresários. São tomadas por três pessoas que se julgam donas do País. Assinam contratos que não sabem o que significam. Assumem compromissos, por longos anos, sem o Parlamento saiba o que representam.

Quando se pergunta a algum ardoroso defensor do Governo quais os compromissos assinados pelo Sr. Delfim Netto perante o Fundo Monetário Internacional, em nome do Brasil, eles não sabem dizer nada. Só sabem que têm de defendê-lo, perdidos aqui, com as palavras na boca. Mas defendem apenas o Governo, esquecendo-se de defender a Nação, os brasileiros, que estão abandonados e esquecidos pela incompetência desses gestores da Nação. Arrocho salarial, com a fome e com a miséria que grassam no Brasil, hoje, é provocação. É provocação para aqueles que não tendo sensibilidade para a vida democrática querem encontrar pretextos para evitar o amplo debate que esta Nação está por fazer sobre a incompetência e o despreparo da administração, sobre o prejuízo que este Governo deu ao Brasil e aos brasileiros. Agora, o culpado da crise brasileira toda passou a ser o funcionário das estatais.

Não tendo mais humor para fazer piada, o Governo começa a dizer bobagens. E, por incrível que pareça, ainda há quem vai defendê-lo; e, por incrível que pareça, o Governo criou mais coragem para fazer tolices, depois que obteve maioria parlamentar nesta Casa. O acordo PTB-PDS deu embasamento parlamentar para que o Governo fizesse o que quisesse contra o povo, cumprisse as ordens vindas dos credores internacionais e o Parlamento ficasse isolado, porque, nesta Casa, o Governo passou a ter maioria depois que comprou o PTB.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Brasil inteiro sabe que o Banco do Brasil firmou o seu nome e o seu conceito, o nome e o conceito dos seus funcionários, ao longo de muitos anos. Durante muitos e muitos anos, todos os governos deste País foram buscar funcionários, no Banco do Brasil, quando precisavam de seriedade para examinar os problemas e entregar-lhes as grandes tarefas atribuídas ao Governo. Acredito que não existe, do Banco Central a qualquer órgão do setor econômico, nenhum que não esteja assessorado pelo funcionalismo do Banco do Brasil, que, durante todo este tempo, jamais envergonhou a sua classe; jamais tergiversou no cumprimento do seu dever. O Banco do Brasil jamais deu um tostão de prejuízo ao Governo; pelo contrário, levou o nome do Brasil até o exterior. Mas sempre, durante todo o tempo, os eternos banqueiros, os mesmos que se constituem naquela parcela que o Presidente da República disse que se vem locupletando com a inflação, sempre tiveram inveja do Banco do Brasil, sempre desejaram até acabar com essa instituição bancária, para, quem sabe, terem um pedaço maior nos lucros do setor. Então, por que o Governo vai ter lucro, se eles, banqueiros, podem ficar com esse lucro? Daí, o que estão tentando, nesta hora, em que investem contra o funcionalismo do Banco do Brasil, no que tange aos seus salários. O que estão tentando é desestabilizar esse banco do Governo, que não pode ser comparado, evidentemente, a algumas das muitas estatais que estão aí apenas para oferecer mortinhas. O funcionalismo do Banco do Brasil está lá, atento.

O meu receio, Sr. Presidente, é que algo possa ser colocado como pretexto, neste País, para o endurecimento do regime. O desemprego levou o povo à passeata em São Paulo. O subemprego está fazendo com que o funcionalismo público — pode-se dizer, pela primeira vez — faça uma greve nacional. E se, amanhã, fechar o Banco do Brasil? Não será este, talvez, o momento mais propício para se dizer que este País passou a sofrer mais depois das eleições diretas para Governadores? Uma coisa é verdadeira, Sr. Presidente: o funcionalismo do Banco do Brasil, pelo respeito que merecem do Governo, deveria ser poupado desta humilhação que pretendem inpingir-lhe. Se não for poupado — tenho certeza — haverá de reagir.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a partir da sessão de ontem, a nobre Oposição brasileira deslanhou uma blitz, com o timbre de "vigília cívica", para opor frontal e ostensivamente à presença, no País, de funcionários do FMI. Até aí, Sr. Presidente, nada de mal: é um direito que a Oposição tem. Todavia, o que nos surpreendeu foi a tônica, pontilhada na série de pronunciamentos, defendendo, para surpresa e pasmo da Nação, a tese da moratória para a dívida externa brasileira. Não temos tempo também para rebuscar, nos Anais do Congresso Nacional, os inúmeros pronunciamentos de eminentes Parlamentares da Oposição condenando e até temendo, ou aparentemente temendo, que o País chegassem ao extremo da moratória. Estamos, Sr. Presidente, realmente convivendo com uma crise econômica de proporções

que eu diria inimagináveis. Estamos tentando, seja junto ao FMI, seja junto aos banqueiros internacionais, encontrar a fórmula de renegociação da nossa dívida, mas sem pensar, em nenhum instante, em formalizar uma proposta de moratória.

Devo ressaltar ainda, Sr. Presidente, que é falsa, absolutamente falsa, falsa e totalmente falsa, a imaginação de que este País esteja, neste momento, subjugado à humilhação da vontade e das imposições dos nossos credores.

Ainda em programa de televisão, segunda-feira última, o Presidente da República foi enfático na afirmação de que a soberania deste País jamais se subjugará à vontade ou à imposição de quem quer que se julgue credor do Brasil.

Ora, Sr. Presidente, estamos procedendo a um trabalho muito natural, como o que se realiza entre um devedor e um credor. Temos alternativas. Somos um país de riquezas exuberantes, Sr. Presidente, e não seria forçado pela circunstância de uma crise econômica, que não atinge apenas o nosso País, mas toda a economia universal, que nós iríamos descer do pedestal para o estado de humilhação. Mas aqueles que falam em moratória, hoje, se o Brasil viesse a se socorrer dela, Sr. Presidente, não hesitariam, no dia seguinte a esta proposta, em rechear o Congresso Nacional de críticas contundentes. E, aí sim, estariam a cavaleiros para dizer que o Brasil caiu nos braços da humilhação e da desgraça de uma moratória, que, em termos mais claros e explícitos, significaria um pedido de concordata e, na realidade, uma demonstração de pré-falência.

Sr. Presidente, vou concluir, fazendo um apelo à nobre Oposição: mude o local da vigília, que não deve ser aqui no Congresso Nacional. Deveria, sim, se concentrar esta vigília, com uma característica cívica e patriótica, buscando-se o diálogo com o Governo, numa ação clara e precisa, demonstrando que o que quer não é apenas construir no terreno da crítica improdutiva e sistemática, mas encontrar soluções que possam realmente corresponder aos anseios das necessidades do povo brasileiro.

O Governo está, ainda agora, de mãos estendidas. E de nada adiantará uma vigília cívica concentrada no Congresso Nacional, para uma encenação de jogo de palavras, senão se tomar uma decisão corajosa de estender as mãos ao Governo, que já está de mãos estendidas, e se, nesta hora, conscientemente não se der uma resposta ao povo brasileiro, mostrando que o momento não é simplesmente de crítica nem de vigília em ambiente de ar refrigerado, mas de luta, de decisão, de preocupação, de patriotismo e acima de tudo, também de acionar a inteligência criativa para dizer aos credores internacionais que esta raça tupi é uma raça imbatível e que na hora da decisão não é acomodada, sabe partir para a luta e resolver, por si mesma, seus próprios problemas.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Nos termos da Emenda Constitucional n.º 22, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 40 e 41, de 1983-CN, e da Mensagem n.º 38, de 1983-CN (8.ª sessão); dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 47, 52 e 55, de 1983-CN (4.ª sessão), e dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 48 e 50, de 1983-CN (3.ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 61, de 1983-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 58, de 1983-CN, aprovando o texto do Decreto-lei n.º 2.017, de 11 de março de 1983, que dispõe sobre a renúncia, pela União ao domínio direto de áreas situadas no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, necessárias à ampliação da Base Aérea e à implantação do Aeroporto de Guarulhos).

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de decreto legislativo que acaba de ser aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 58 minutos.)

Ata da 180.ª Sessão Conjunta, em 15 de junho de 1983

1.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Alvaro Dias — Eneas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Viana — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS;

Mário Frota — PMDB; Rândolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Raçid — PDS; Múcio Athaíde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eu-rico Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jona-thas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Geará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcial — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moyses Pimentel — PMDB; Orlando Be-zerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Ro-sado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aloisio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Sa-tyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gon-zaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima

Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Seixas Dória — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissón Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etevílir Dantas — PDS; Félix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildálio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Mirthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcilio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Merceio Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Sarramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Caste-

jon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Morais — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabirola — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Hermann — PMDB; José Camargo — PDS; José Gencino — PT; Maluhy Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Mário Cílio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Pauilo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Côdo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iran Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Mar-

tins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gears — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macêdo — PDS; Olívio Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanies — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldañer — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amorim — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaca — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mazarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 55 Srs. Senadores e 465 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Côdo.

O SR. RUY CÔDO (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Ex.^a acompanhou os debates sobre o problema dos cursos de Farmácia, Bioquímica e Biomedicina, que se trava desde 1967.

Em 1979, houve um acordo entre as Lideranças do MDB e da ARENA, partidos existentes naquela oportunidade, e as lideranças das classes estudantis e profissionais, para aprovação da Lei n.º 6.676.

Hoje, a Câmara dos Deputados, seguindo o parecer ao substitutivo do nobre Deputado Euclides Scalco, rejeitou o projeto de autoria do Senador José Lins, projeto esse que — e eu vinha denunciando essa matéria nesta Casa, há já algum tempo — era intempestivo, pois iria criar novas animosidades entre os estudantes das duas classes.

A própria lei desrespeitava o diploma legal que o Senador José Lins havia acolhido no Senado, quando aquela Casa revisou o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. Veja, então, Sr. Presidente, o que ocorreu aqui. O Plenário da Câmara dos Deputados, a exemplo da Comissão de Saúde, rejeitou novamente a proposição, e o substitutivo apresentado pelo Deputado Euclides Scalco foi aprovado.

O culpado de toda essa situação é o Conselho Federal de Educação. Não podemos mais arcar com este peso. O Congresso Nacional — tanto a Câmara dos Deputados como o Senado Federal — jamais poderá resolver o problema do Conselho Federal de Educação. Se ele é incompetente, que modifique seus membros. Não é justo continuar esta situação.

Faço um apelo à Ministra da Educação, Sra. Esther de Figueiredo Ferraz, nobre por todos os tipos, educadora emérita, no sentido de que mande fazer uma reformulação no Conselho. Eu mesmo apresentei um projeto, no sentido de que o Conselho deveria ter mudado a sua sistemática. Deve ser referendado pelo Presidente da República depois de escolhido pelo Senado, ao invés de ter seus membros escolhidos pelo próprio Conselho. Às vezes, são elementos que não conhecem qualquer problema da educação. Veja V. Ex.^a o que ocorre com essa juventude. Lamentavelmente, isso não pode mais ocorrer neste País. Agora, pergunto: de que maneira ficará a juventude estudantil da Biomedicina? Acredito que só têm um caminho: requerer, em juízo, a devolução do dinheiro e do tempo perdido junto às faculdades, que não cumpriram com a lei que aqui aprovamos em 1979. Como declarei pela manhã, o manual do candidato da Universidade Federal de Pernambuco ao vestibular unificado de 1983 foi claro e até humano, porque diz:

"A Resolução n.º 5/82, do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pernambuco, é explícita: 'Os candidatos ao curso de Ciências Biológicas, modalidade médica, devem ser avisados de que não terão condições de concluir seu curso antes de julho de 1983 e, em consequência, serão impedidos de realizar análise clínico-laboratorial, segundo a Lei n.º 6.686, de 11 de setembro de 1979, publicada no Diário Oficial de 12 de setembro de 1979.'

Vejam V. Ex.^{as} o exemplo do que ocorreu também no Paraná. A Universidade do Paraná suspendeu o curso porque justamente infringia a lei. Entretanto, outras faculdades privadas o estão propagando. Inclusive, na cidade de Ribeirão Preto, Sr. Presidente, — isso é um testemunho que devo trazer aqui, V. Ex.^a me permita, para concluir — publicou-se, até o dia 12, num jornal, o seguinte: "Estão abertas as inscrições para os estudantes de Biomedicina, que poderão fazer análises clínico-laboratoriais". Vejam: as faculdades particulares são as que provocam esse problema. O projeto vai agora para o Senado, que decidirá se rejeita ou acolhe a emenda do Deputado Euclides Scalco. Mas a grande verdade, Srs. Deputados, é que não podemos parar aqui; devemos partir para uma reformulação na sistemática educacional do País, porque es-

sas faculdades se acobertam como manteñedoras. Sabe o que é uma mantenedora, Sr. Presidente? É o canal onde se desvia o dinheiro, esse custo alto que o aluno paga às faculdades. Há necessidade de se fazer fundação. O ensino não pode transformar-se em um comércio. Vou protestar desta tribuna quantas vezes for necessário, mas não posso permitir que uma juventude que quer aprender seja castigada por uma situação provocada pelo Conselho Federal de Educação, que merece a nota zero deste Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denis Arneiro.

O SR. DENIS ARNEIRO (PMDB — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso. — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o *Jornal do Brasil* de hoje, pelo seu mais abalizado jornalista, Carlos Castelo Branco, em sua coluna diária, faz uma advertência sobre o jogo político em que a Nação está sendo envolvida pelo interesse imediatista de alguns presidenciáveis, que consideramos da mais alta importância a sua transcrição nos Anais desta Casa.

Sr. Presidente, caso venha a ocorrer algo de mais grave na nossa nova e iniciante democracia, já temos nitidamente como detectar quem foi o responsável por este retrocesso. Está no ar, como diz Castelo, algo de anormal. É preciso então que registremos aqui o que diz este emérito colunista.

"Espasmo Ameaça PDS e Abertura"

Nem todo o PDS se apercebeu da gravidade da iniciativa do Ministro-Chefe do Gabinete Civil de convocar o partido para que reiterasse a delegação de poderes ao Presidente da República para articular o poder de decidir sobre a matéria. Existe obviamente uma crise no partido, provocada por insatisfação, de um lado, e pelas pressões sucessórias, de outro. Mas neste momento não se trata dessa crise, mas de outra mais grave e que envolve a própria situação política do País. A crise é institucional e na sua base está uma decisão militar de fazer respeitada a autoridade do Presidente e de reforçar sua liderança no processo de sucessão. Se o PDS hesita em apoiar o Presidente, aí estão as Forças Armadas para fazê-lo.

Aparentemente, não há um propósito golpista, mas uma advertência de que o regime autoritário não se esgotou e de que funcionará ainda nesta sucessão, no curso da qual está prevista a reserva de poder por mais seis anos para alguém que seja da confiança do sistema. O Presidente não quer permanecer no poder nem impor um novo candidato militar. Quer comandar o processo e decidir, por delegação das suas fontes de poder. Do contrário haveria ou poderia haver um refluxo ao "pano de fundo" para recorrer a uma imagem popularizada pelo falecido Merechal Costa e Silva.

Também não houve uma decisão do PDS de fortalecer o Presidente, mas a identificação por seus dirigentes de que há uma situação nova, nascida das manifestações de inconformismo do partido e situação que deve ser removida em benefício da normalidade da abertura e da participação do partido na escolha do sucessor do Presidente Figueiredo. Advertido, o PDS movimentou-se e mobilizou-se para subscrever o documento concentrado com o Ministro Leitão de Abreu. Governadores e líderes regionais foram convocados para

trazer à ordem as respectivas bancadas e aqui aproveitamos para uma correção: não foi, como saiu ontem nesta coluna, o Chefe do Gabinete Militar quem se comunicou com os governadores, mas o Chefe do Gabinete Civil.

Nem todo o PDS tomou consciência dos riscos que passou a viver e é possível que Sr. Maluf não se tenha apercebido de que sua candidatura não prosperará segundo os métodos a que recorre nem conforme o tom de desafio adotado pelos malufistas. O problema está situado em outra faixa e seria uma ilusão supor que, à semelhança do que ocorreu em São Paulo, ele pode ganhar a Convocação do PDS sem ter sido escolhido antes pelo Presidente da República.

É claro que tal situação ou tal perspectiva não é normal. Mas o regime também não está normalizado. Não chegamos a um surto revolucionário, mas passamos por um espasmo. Os corifeus do regime ainda esperam que o PDS se ponha no seu lugar e não hesitam em examinar hipóteses de solução institucional da crise, como, por exemplo, a adoção do sistema parlamentarista de governo, recomendada pelos Ministros Leitão de Abreu, Rubem Ludwig, Abí-Ackel e Décio Jardim de Matos, e encarada com simpatia pelo próprio Presidente, conforme revelou ao Deputado Faccioni.

O que ocorreu desde a passagem do Presidente pelo Rio na semana passada foi uma revisão de atitude, a fim de alterar o PDS para que se integre no papel que lhe está reservado, que ainda é o de referendar a decisão a ser tomada. O Senador José Sarney confidencialmente deve ter elucidado o Sr. Ulysses Guimarães sobre a natureza do problema, seu alcance, suas repercussões e os riscos que todos correm, embora a responsabilidade esteja fixada como sendo na área do PDS. A Oposição seria nela envolvida apenas porque uma decisão revolucionária envolveria de novo toda a Nação e geraria reações que ainda podem ser tidas como imprevisíveis.

Sr. Presidente, somos Deputados de Oposição no atual Governo, porém reconhecemos a boa vontade do Presidente em fazer deste País a democracia de que tanto precisamos para podermos sair deste impasse em que foi colocada a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, do Comitê de Imprensa temos notícia que talvez os representantes do PDS possam aqui confirmar de imediato. O Governo Federal acaba de decidir realizar a desindexação da economia. Não sabemos ainda por quais meios, mas trata-se de medida que, dependendo da forma como for feita, poderá representar sérios problemas para a economia brasileira e, em particular, para a grande massa de trabalhadores em todo o País. O expurgo do INPC, o que seria totalmente inadmissível, dos salários significará um ritmo bem menor do aumento desses salários em relação ao aumento do custo de vida. Trata-se, pois, de um arrocho salarial mais aprofundado do que os já existentes, sem que, em contrapartida, haja concomitante desindexação ou resfriamento dos aumentos dos outros tipos de rendimentos tais como juros, aluguéis e lucros em todos os setores da economia. Obviamente,

terminar com a inflação constitui o objetivo de toda a sociedade. Fazer a economia crescer e obter novamente o pleno emprego dos recursos produtivos, a melhor distribuição da renda, são objetivos considerados desejáveis, e aprovaremos medidas nessa direção.

Todavia, se o único caminho para combater a inflação conseguido pelo Governo brasileiro, nesta hora em que visita o Brasil a missão do FMI, for o de um arrocho salarial semelhante aquele que aconteceu de 64 a 68, de maneira intensa, e pouco menos intensa de 68 a 73, então novamente provará o Governo que a única maneira de arranjar as condições para uma nova fase de acumulação de capital é com o sacrifício dos trabalhadores, é com o arrocho salarial. Mais uma vez, não obstante o que já experimentamos e o que já foi divulgado pelos próprios dados do IBGE de 60 a 80, vamos novamente repetir a organização da economia, para que obtenhamos uma nova fase de crescimento caracterizada pela concentração da renda e da riqueza. Eis por que temos de discutir, em profundidade, a própria natureza do sistema econômico brasileiro. Ainda mais, Sr. Presidente, diante dos cortes anunciados no setor público da economia brasileira, que não sabemos exatamente a que racionalidade obedeceram, da maneira como foram feitos, poderão até agravar o fornecimento de serviços essenciais à população.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Evandro Ayres de Moura.

O SR. EVANDRO AYRES DE MOURA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há tempos que se procura modificar a sistemática do salário-educação, criado pelo Decreto-lei n.º 1.422, de 23-10-75 e alterado em 1982, pelo Decreto n.º 87.043.

Não sabemos porque têm havido constantes pressões para se retirar da rede escolar particular as bolsas que mantêm atualmente 1.600.000 alunos, em 13.000 escolas espalhadas por todos os Estados da Federação, alunos filhos de pais de baixa renda e, portanto, necessitados ou carentes do benefício e que não vão para a escola pública pela inexistência de vagas. São alunos na faixa etária de 7 a 14 anos. Há preferência legal para os filhos de funcionários das empresas convenientes, recolhedoras dos recursos ao FNDE.

Desses recursos atualmente 81% são para aplicação ou distribuição pelo FNDE e apenas 19% para as escolas particulares beneficiárias dos recursos para as bolsas concedidas. No Ceará há matriculados, em 1983, 58.000 alunos, contra 116.000 em 1982, pela redução das bolsas, valendo ressaltar que na Capital, onde há indústria, se concentra a arrecadação, mas na distribuição o grande beneficiário é o interior, com as escolas da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, onde estão alunos carentes das comunidades locais, que ficarão agora sem escola porque o Decreto n.º 88.374, de 7-6-83, restringe a concessão de bolsas a filhos de empregados das empresas convenientes. Isto será uma calamidade ao ensino primário de minha terra e do interior dos demais Estados brasileiros, trazendo, somente no Ceará, um desemprego de 3.000 professores e 2.000 funcionários, retirando, por outro lado, recursos que para essas escolas eram canalizados, em valor superior a Cr\$ 2 bilhões.

Dante dessa situação fazemos aqui nosso apelo ao Presidente João Figueiredo, tão

sensível a apelos dessa natureza para que, modificando o Decreto n.º 88.374/83, mantenha pelo menos no Norte-Nordeste a situação atual do Salário-Educação, assegurando aos colégios atuais o número de bolsas que ora possuem, permitida a substituição dos alunos que concluirão o curso ou as vagas decorrentes das evasões.

Se há casos de avasões de recursos, com desonestade de alguns proprietários inescrupulosos, que estes sejam punidos, encarcerando-os penalmente, impedindo-os de receber novos benefícios.

O que não se pode admitir é punir-se ou penalizar-se o universo ou sistema, em prejuízo de milhares de alunos, a título de se reprimir uma fraude.

Ao tempo do General Ruben Ludwig no MEC tentou-se tomar idêntica medida. Mas o General, ouvida a classe política e ciente do problema e dos benefícios do sistema, fez o seu aperfeiçoamento, procurando-se, sim, melhorar sua execução e não estrangulando-o.

Estamos certos de que a Ministra Esther de Figueiredo Ferraz mandará reestudar o assunto, para evitar os efeitos profundamente danosos à educação e à juventude brasileira que tal medida acarretará.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Iranildo Pereira.

O SR. IRANILDO PEREIRA (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a grave situação por que vem passando a Nação se reflete de forma bastante grave nos diversos setores da sociedade e, de forma mais dramática, na classe assalariada, que, além de ganhar pouco, vê este pouco se devorado, impiedosamente, pelo elevado custo de vida, decorrente do incontrolável índice inflacionário que domina a economia nacional.

Por estas razões é que assistimos, periodicamente, a manifestações e lutas promovidas por entidades representativas de diversas categorias profissionais, reivindicando reajustes e melhorias salariais.

Anteriormente, estas lutas eram desencadeadas, mais especificamente, pela classe operária através de suas organizações sindicais, que foi a mais sacrificada e massacrada pela política traçada pelos que estão no poder.

Agora, Sr. Presidente, como o arrocho vem atingindo todas as classes, as inquietações também se expressam em outras categorias profissionais, chegando até ao servidor público federal como estadual.

No Ceará, por exemplo, os professores estaduais, quem sem dúvida alguma, recebem baixos salários, incompatíveis com o mister do exercício da profissão e com as necessidades mínimas de sobrevivência, encetam um justo e organizado movimento, objetivando a conquista de reajustes salariais que permitam compatibilizar os seus salários com suas necessidades.

Para justificar a justeza das pretensões dos professores cearenses, basta citar os seus atuais níveis de vencimentos, que são:

Para professores leigos — Cr\$ 20.655,00; para professores licenciados, Cr\$ 45.640,00; para professores com licenciatura plena, Cr\$ 59.000,00; para professores com curso de pós-graduação, Cr\$ 69.000,00.

É claro que com estes vencimentos os professores não têm condições nem estímulos para o bom exercício de tão delicada e espinhosa profissão.

Por isso, estamos totalmente solidários com a luta dos professores do meu Estado, que, além de justos salários, pleiteiam também o retorno da gratificação universitária para todos e que a nomeação do diretor do estabelecimento em que lecionam deixa de eleições da própria classe, e não por mera indicação de natureza política, como vem acontecendo.

Ao fazer estas colocações, desejo manifestar não apenas a solidariedade, mas também apelar para o Governador do Ceará, no sentido de que seja sensível a estas justas reivindicações e conceda aos professores os reajustes que ora estão pleiteando.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Stélio Dias.

O SR. STÉLIO DIAS (PDS — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar, peço a V. Ex.ª que registre a nossa profunda alegria e satisfação pela visita, neste recinto, do ex-Senador e ex-Governador Eurico Rezende (Palmas.) S. Ex.ª, nesta Casa, faz parte da sua geografia sentimental, através de memoráveis debates, ricas atuações e de posições cívicas em favor do seu País e, em particular, do meu Estado. Sua presença entre nós, hoje, não poderia passar em branco, registrado que seu nome está indelevelmente, na História da República deste País.

Sr. Presidente, após este registro, gosta de demonstrar a nossa preocupação. Há uns trinta dias, se não me falha a memória, o Sr. Ministro da Saúde esteve em meu Estado, onde foi bem acolhido. Lá deixou 640 milhões de cruzeiros para serem aplicados no setor saúde no Espírito Santo, em favor de suas áreas mais carentes.

O trabalho do Governo anterior, no setor de saúde, foi dos mais eficientes e dos mais brilhantes, e a ação do Sr. Ministro vem complementar o trabalho do ex-Secretário Angelino Farias, no Governo do nosso ex-Senador Eurico Resende. Mas o Sr. Ministro, ao dirigir-se ao Espírito Santo — daí a nossa preocupação — esqueceu-se, talvez por um lapso de memória, de que existe um partido que o apóia naquele Estado, que existem pessoas, a nível estadual, que apoiam o Governo do PDS, que há congressistas que apoiam o Governo e as ações do Presidente Figueiredo, neste País. Ao esquecer-se de tal fato, esqueceu-se também de participar aos seus companheiros a sua ida àquela terra. É lamentável, a conduta pessoal do Sr. Ministro, muito embora tenhamos que nos parabenizar pelo seu esforço em favor de melhorar as condições de infra-estrutura, na área de saúde, do Espírito Santo. Por isso nós lhe agradecemos.

Mas queremos lembrar ao Sr. Ministro que o Governador Gerson Camata, no governo passado, baseou sua campanha política, para chegar ao cargo que ocupa, criticando o Sr. Ministro da Saúde e o Governo Federal.

Ao lamentar esta conduta, Sr. Presidente, queria registrar nesta Casa que o Sr. Ministro da Saúde será sempre bem-vindo à nossa terra, devendo se dignar, por si próprio ou por sua assessoria, a comunicar aos seus colegas e aos seus amigos a sua presença naquele Estado.

E ao registrar este fato, queremos, de certa forma, neste misto de alegria e de lamento, nos rejubilar com a presença do

ex-Governador Eurico Rezende neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa se associa a V. Ex.^a com relação à presença do eminente ex-Líder do Congresso Nacional, Senador Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, muito embora têm suas galerias completamente tomadas, a Câmara dos Deputados viveu hoje um dos seus espetáculos mais tristes.

As galerias foram ocupadas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, por Farmacêuticos e Biomédicos que chegaram aqui ao fim de uma caminhada cessada por decisão soberana deste Plenário. Mas, nessa longa caminhada, Biomédicos e Farmacêuticos construíram seus castelos de sonhos. Tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, por causa de uma reforma universitária muito ao molde do então "milagre" brasileiro, quando se criaram desordenada e indiscriminadamente, cursos por este Brasil afora, sem sequer examinar as necessidades do mercado de trabalho.

Os estudantes que aqui compareceram, nos últimos dois meses, lutaram, cada um a seu modo, na defesa de direitos que achavam justos. O lamentável disso tudo, Sr.

Presidente, Srs. Congressistas, é que os que saíram vitoriosos vão continuar a caminhada curso afora, como se estivesse num clube de falsa felicidade, pois vão concluir seus cursos e não terão oportunidade de obter emprego, porque o mercado de trabalho para a área dessas duas carreiras está totalmente saturado.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o mais grave disso tudo é que a responsabilidade final recaiu sobre a Câmara dos Deputados, hoje, e amanhã recairá no Senado Federal, porque este ano de busca para os estudantes é também o ano de fuga às responsabilidades por parte do Ministério da Educação. A eles, sim, competia decidir e regulamentar essa carreira e não deixar que o problema fosse rolado, termo hoje muito comum e muito em voga.

É lamentável que isso tenha ocorrido. Que o espetáculo de hoje sirva de lição e que urgentemente o Governo brasileiro se detenha no estudo sério da reforma universitária brasileira, reforma da década de 70, como disse, época do milagre brasileiro, quando se procurou imitar o modelo americano e aplicá-lo no Brasil. Ai está o resultado. Se formos examinar as consequências negativas desta reforma durante esses 10 anos, veremos quantos brasileiros foram prejudicados. Quantos médicos estão dirigindo táxis, quantos engenheiros são proprietários de bares, quantos advogados estão exercendo outras funções que não aquelas que a vocação exigia? Aqui fica, pois, Sr. Presi-

dente, Srs. Congressistas, este sinal de alerta; aqui fica o apelo para que o triste espetáculo de hoje nos sirva de lição para que não se repitam no futuro os mesmos equívocos.

O Sr. Ruy Côdo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ruy Côdo.

O SR. RUY CÔDO (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sendo evidente a falta de quorum em plenário, peço a V. Ex.^a a suspensão da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A questão de ordem de V. Ex.^a encontra amparo no art. 29, inciso II, do Regimento Comum.

Não há, efetivamente, 1/6 de Srs. Deputados e 1/6 de Srs. Senadores. Vou encerrar a sessão.

Antes, porém, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às onze horas, neste plenário, destinada à discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 3, de 1983, que dá nova redação ao art. 15, § 3.º, alínea f, e ao art. 177, § 1.º, da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes – Caixa Postal 1 203 – Brasília – DF
CEP 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 77

Está circulando o nº 77 (janeiro/março de 1983) da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 430 páginas, contém as seguintes matérias:

HOMENAGEM

- Senador Argemiro de Figueirêdo

COLABORAÇÃO

- Momentos decisivos do constitucionalismo brasileiro — *Miguel Reale*
- El Estado de Derecho en las Américas — *Jorge Reinaldo Vanossi*
- Enfoque constitucional dos direitos humanos no Brasil e no mundo — *Paulo de Figueiredo*
- O esgotamento dos recursos internos em experimentos contemporâneos das Nações Unidas de proteção dos direitos humanos — *Antônio Augusto Cançado Trindade*
- A desapropriação e suas condições constitucionais — *Rubem Nogueira*
- O mandato imperativo partidário — *Luiz Navarro de Britto*
- Distrito Federal: pessoa jurídica e o exercício de suas funções administrativa, legislativa e judiciária — *Emmanuel Francisco Mendes Lyrio*

- Os ilícitos civis no Direito Internacional Privado inglês — *C.G.J. Morse*
- O “repúdio” das mulheres pelo marido no direito mulçumano, visto pelo STF — *Negi Calixto*
- A participação dos trabalhadores nos lucros das empresas — *Joaquim Lustosa Sobrinho*
- Eficácia de las sanciones penales frente a la delincuencia económica — *Antonio Beristain*
- O poder de polícia, o desenvolvimento e a segurança nacional — *Cotrim Neto*
- O poder de polícia e a prevenção do delito — *René Ariel Dotti*
- Permanência e reintegração dos condenados no convívio social — *Armida Bergamini Miotto*
- Plágio — *Antônio Chaves*

PUBLICAÇÕES

- Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF (70160)

Encomendas mediante vale postal ou cheque *visado* (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo reembolso postal.

Preço do nº 77 (430 páginas) — Cr\$ 1.000,00

**Assinatura para 1983
(Nºs 77 a 80) — Cr\$ 4.000,00**

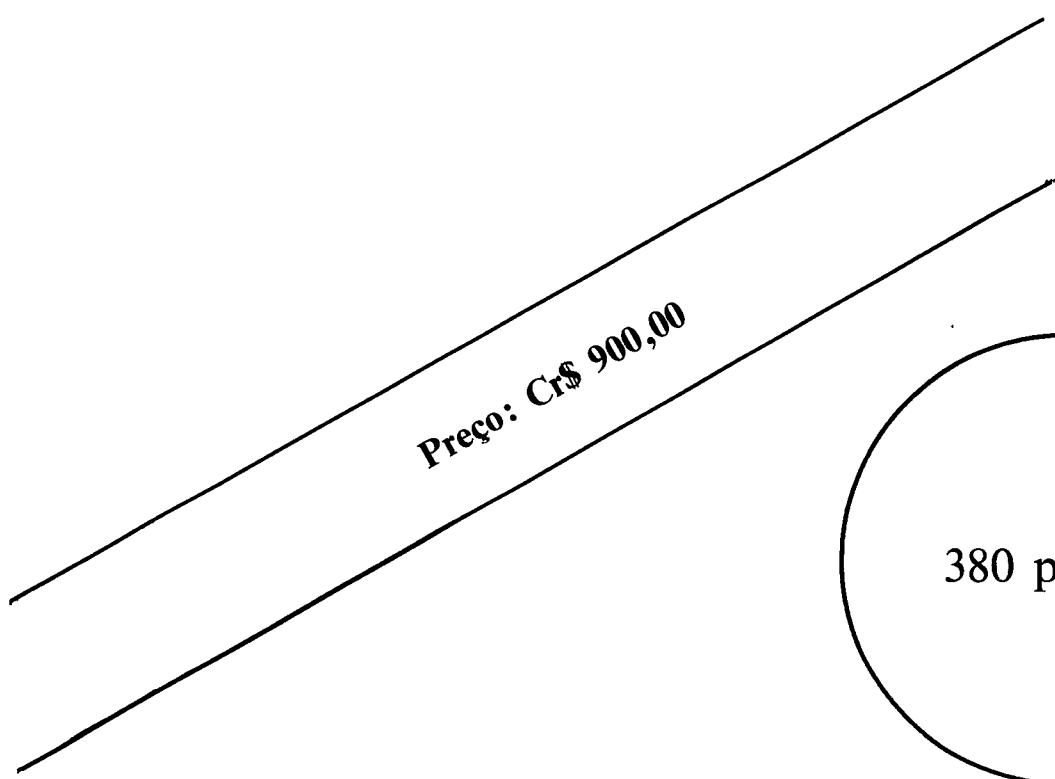
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO (4^a edição)

Texto constitucional vigente (incluindo a Emenda Constitucional nº 22/82) comparado à Constituição promulgada em 1967 e à Carta de 1946.

152 notas explicativas, contendo os textos dos Atos Institucionais e das Emendas à Constituição de 1946.

Índice temático do texto constitucional vigente.



Preço: Cr\$ 900,00



380 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF